

## ENVELHECIMENTO POPULACIONAL: DESAFIOS E OPORTUNIDADES.

Por Rafael Porto de Almeida - 04/10/2011

O Brasil vem percorrendo um processo conhecido pelos estudiosos populacionais como *Transição Demográfica*. Esse processo se iniciou com uma acentuada queda dos níveis de mortalidade entre as décadas de 40 e 60, redução que continua sendo observada ainda nos dias atuais. Por outro lado, iniciou no final da década de 60, de forma também acentuada, uma redução significativa das taxas de fecundidade.

Em 1980, as mulheres brasileiras tinham em média 6,25 filhos ao longo da fase reprodutiva. Em 1991 essa média chegou a 2,5 filhos por mulher, e em 2008 alcançou apenas 1,86 filhos por mulher, abaixo do nível conhecido como de *reposição populacional*. Segundo estudos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a fecundidade limite brasileira seria de 1,50 filhos por mulher, valor alcançado entre 2027 e 2028.

Assim, se por um lado se observa a queda da mortalidade e por outro uma redução brusca dos níveis de fecundidade, pode-se concluir que o Brasil está percorrendo um processo rápido rumo ao envelhecimento. Enquanto países da Europa, como França, Inglaterra e Alemanha, demoraram em torno de 150, o Brasil vem percorrendo sua *Transição Demográfica* de uma maneira muito mais acelerada.

No final do último ano o IBGE publicou prévias dos resultados apurados pelo Censo Demográfico de 2010, nas quais se observou a esperada elevação da expectativa de vida ao nascer. Entre 1980 e 2009 houve um aumento de 10,6 anos nessa estimativa, sendo que as mulheres conquistaram maior ganho que os homens, sendo 11,26 contra 9,76 respectivamente.

**Tabela 1: Esperança de Vida ao Nascer - Brasil - Ambos os Sexos - 1980/2009**

Ano de referência	Esperança de Vida ao Nascer Ambos os sexos	Anos	Meses	Dias
1980	62,57	62	6	25
1991	66,93	66	11	5
2000	70,46	70	5	16
2001	70,75	70	9	-
2002	71,04	71	-	14
2003	71,35	71	4	6
2004	71,66	71	7	28
2005	71,95	71	11	12
2006	72,28	72	3	11
2007	72,57	72	6	25
2008	72,86	72	10	10
2009	73,17	73	2	1

Fonte: [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)

Tal elevação se deve, em muito, pelos ganhos obtidos com a redução da mortalidade infantil, que em 1980, a cada 1000 nascidos vivos, 69,12 faleciam ainda no primeiro ano de vida. Em 2009 essa estatística chegou a 22,47, uma redução de 67,50%. O maior ganho nesse aspecto ocorreu no pós-neonatal e se deve às políticas de vacinação em massa, incentivo ao aleitamento materno, expansão do saneamento básico e também por um maior nível de educação da população.

Se por um lado as primeiras idades tem conquistado uma maior longevidade, o mesmo ocorre com as aquelas mais avançadas. A expectativa de vida aos 60 anos partiu de 16,39 anos em 1980 para 21,27 em 2009 (ganho de 4,88 anos), enquanto que aos 70 anos de idade alcançou, em 2009, 14,58 anos.

Tal envelhecimento populacional vem acompanhado de diversos desafios e oportunidades. Afora as questões relacionadas à saúde pública, educação, entre outras, é importante que nos atentemos às medidas necessárias para a instauração de um equilíbrio financeiro e atuarial ao sistema público previdenciário.

Quando se observa a Previdência Social, no que tange o Regime Geral de Previdência Social (RGPS), sabe-se que os benefícios de aposentadoria garantidos pelo Instituto Nacional de previdência Social (INSS) são calculados considerando o Fator Previdenciário. Tal fator, criado pela Lei 9.876, de 1999, é uma medida adotada no Brasil para tentar postergar a aposentadoria do trabalhador da iniciativa privada. Assim, com a publicação da Tábua de Mortalidade IBGE-2009 haverá a necessidade de um período contributivo maior ou uma pequena redução dos benefícios requeridos entre 1º de dezembro de 2010 a 30 de novembro de 2011, quando será publicada nova tabela de sobrevivência.

Não obstante, o Fator Previdenciário não é suficiente para instaurar o necessário equilíbrio atuarial nesse sistema de previdência social, até porque, conforme já mencionado, se observa ganhos de sobrevivência em idades mais avançadas, em fase de percepção de renda. Por estar financiado pelo Regime de Repartição Simples, no qual os ativos atuais contribuem para pagar as aposentadorias dos auais inativos, ele se mostra extremamente sensível à estrutura etária da população. Quanto maior o percentual de idosos em relação à População Economicamente Ativa, maior será seu custo.

No Brasil, conforme Tabela 2, tem-se observado uma elevação gradual na proporção da população acima de 65 anos o que demonstra uma tendência de elevação dos custos da previdência social. Porém, está ocorrendo no Brasil um fenômeno chamado de *Bônus Demográfico*, uma janela de oportunidades que se abre à geração atual. Nesse período, de aproximadamente 20 anos, a população economicamente ativa chegará ao máximo em termos absolutos e relativos. É o prazo suficiente para adotarmos todas as medidas necessárias para instaurar a saúde do sistema previdenciário social brasileiro.

**Tabela 2: Distribuição Populacional - Brasil - 1940 a 2020**

Censos	Grupos etários (%)		
	Até 14	15-64	65 e +
1940	42,6	55	2,4
1950	41,8	55,6	2,6
1960	42,7	54,6	2,7
1970	42,6	54,3	3,1
1980	38,8	56,4	4
1991	35	60,2	4,8
2000	29,7	65,2	5,1
2010	26,5	67,7	5,8
2020	23,6	68,7	7,7

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1940 a 1991

Falando em um linguajar um tanto quanto atuarial, é necessário que façamos hoje os cálculos dos encargos a serem pagos no futuro para estabelecermos, desde já, um plano de custeio. Caso contrário, deixaremos às gerações futuras um custo muito elevado a ser equilibrado.

Algo que vem a colaborar para uma melhor estruturação do sistema previdenciário social é o fomento à criação de novos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) pelos municípios ainda vinculados ao Regime Geral. Trata-se de um sistema estruturado em regime de capitalização, menos suscetível ao envelhecimento da população, dada a formação de reservas antecipadamente ao longo da fase laborativa dos servidores.

Não obstante, apesar de financiado em regime de capitalização, menos sensível ao envelhecimento populacional, a Previdência do Servidor Público Municipal também é influenciada por tal envelhecimento. Afinal, os Atuários devem adotar hipóteses de sobrevivência adequadas à realidade da população coberta pelos planos de benefícios e, com a elevação da longevidade, deve-se acumular mais recursos em caixa para garantir os benefícios a serem pagos no futuro.

---

**Rafael Porto de Almeida** (MIBA 1.738) - Atuário, formado pela UFMG, onde participou de projetos de pesquisa em Estatística e Demografia. Mestre em Administração pela UFSC (Linha de Pesquisa: Finanças e Desenvolvimento Econômico). Pós Graduado em Gestão da Previdência Privada pelo CESUSC, onde já ministrou disciplina como professor de curso de Pós Graduação. Por dois anos atuou como Consultor Atuarial em Saúde Suplementar. Atua desde 2006 no ramo de Previdência Complementar Fechada e Regimes Próprios de Previdência Social como consultor da *Data A Soluções em Previdência*.

---